



UCI - CONTROLE INTERNO DE GUAMIRANGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMIRANGA

RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO

Exercício de 2013

1. Normatização do sistema e Histórico Legal

O sistema de Controle Interno no município de GUAMIRANGA foi instituído depois da participação dos servidores em diversos cursos, principalmente naqueles realizados pelo Tribunal de Contas.

- ✓ Lei nº. 354/2007, mês de Dezembro de 2007. – Dispõe sobre o Sistema de Controle Interno no Município de Guamiranga, nos termos do artigo 31 da Constituição Federal e artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000.
 - Art. 3º - Integram o Sistema de Controle Interno do Município todos os órgãos e agentes públicos da administração direta, entidades da administração indireta e do Poder Legislativo Municipal.
 - Art. 4º - A Unidade de Controle Interno se constituiu em unidade administrativa, com independência profissional para o desempenho de suas atribuições de controle em todos os órgãos e entidades da administração municipal e do Poder Legislativo de Guamiranga.
- ✓ Decreto nº. 106/2009 de 06/04/2009 – Nomeia Coordenador da Unidade de Controle Interno

Não foram realizadas outras Leis ou Decretos que alterassem significativamente as ações do Controle Interno.

2. Qualificação do responsável pelo Controle Interno

CONTROLADOR	
Nome: André Luís Gonçalves dos Santos	
CPF:	RG:
Endereço: Rua Ernesto Alves, 41	
Bairro: Centro	CEP: 84.435-000
Cidade: Guamiranga	Estado: Paraná
Telefone: 42 3438-1148 e 9118-7476	e-mail: andre_luisgs@hotmail.com
Período de responsabilidade: Data do Início: 01/01/2013 Data do Fim: 31/12/2013	
Servidor ocupante de cargo efetivo? (X) SIM () NÃO	
Nome do cargo ocupado: Secretário Escolar	
Ato de nomeação: Decreto nº. 657/2006	
Data da nomeação no cargo: 14/08/2006	
Data da realização do concurso: Concurso Público 01/2005 em 18/12/2005.	



UCI - CONTROLE INTERNO DE GUARIRANGA

3. Relação de Servidores

CONTROLADOR: **André Luís Gonçalves dos Santos**, com formação em Ciências Econômicas, pós-graduação em MPA – Administração Pública e Gerência de Cidades, efetivo, admitido na data de 14 de agosto de 2006 e lotado na Unidade de Controle Interno do Município na data de 06 de abril de 2009, nomeado pelo decreto 106/2009 na data de 06 de abril de 2009.

4 – AÇÕES DESENVOLVIDAS:

4.1 – Auditorias Operacionais e Inspeções

Auditorias operacionais em algumas secretarias municipais por meio de acompanhamentos e questões pertinentes a cada trabalho executado.

1. **Secretaria de Educação:** Janeiro a Dezembro – As verificações consistiram em: verificações de Gestão, verificações operacionais e contábeis da Secretaria por meio de questões pertinentes ao cotidiano operacional, verificação sobre a aplicação do mínimo exigido por Lei, 25%; verificação sobre as despesas do Fundeb com a aplicação dos 60% do magistério, Merenda escolar, entre outros. No geral, REGULAR.
2. **Secretaria de Saúde:** Janeiro a Dezembro – As verificações consistiram em: verificações de Gestão, verificações operacionais e contábeis da Secretaria por meio de questões pertinentes ao cotidiano operacional, acompanhamento das despesas com saúde verificando a aplicação do mínimo exigido por Lei de 15%, acompanhamento das reuniões do Conselho Municipal de Saúde entre outros. No geral REGULAR
3. **Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente:** Janeiro a Dezembro – As verificações consistiram em: verificações de Gestão, verificações operacionais e contábeis da Secretaria por meio de questões pertinentes ao cotidiano operacional, acompanhamentos e esclarecimento de dúvidas. No geral REGULAR
4. **Secretaria de Finanças – Tributação:** Janeiro a Dezembro – As verificações consistiram em: verificações com relação à cobrança das Dividas Ativas; tributos; cadastros e emissão de Alvarás; efetivação do Código Tributário Municipal entre. No geral REGULAR
5. **Secretaria de Administração – Recursos Humanos:** Janeiro a Dezembro – Foram analisados as Admissões e exonerações; contribuições previdenciárias; remuneração de servidores efetivos e comissionados; pagamentos e gratificações; prestações de contas ao TCE-PR entre outros. No geral, REGULAR;



UCI - CONTROLE INTERNO DE GUAMIRANGA

6. **Secretaria de Administração – Compras e Licitações:** Janeiro a Dezembro – Foram realizadas ao longo de 2013, inspeção de amostragem em Processos de Licitação a qual foram analisados as fases dos processos e o que determina as Leis. Onde as deficiências encontradas foram comunicados e orientados aos responsáveis para correção. No geral, REGULAR.
7. **Secretaria de Administração:** Janeiro a Dezembro – Foram realizadas algumas verificações por meio de questionários para avaliar a condução dos trabalhos, onde observou que o setor esta cumprindo com suas obrigações, já nas questões pendentes, foram emitidas recomendações a fim de auxiliar na condução dos trabalhos. No geral, REGULAR.
8. **Secretaria de Promoção Social:** Janeiro a Dezembro – As análises consistiram em: verificações de Gestão, verificações operacionais e assistenciais da Secretaria por meio de questões pertinentes ao cotidiano operacional, visando à identificação dos pontos que merecem maior atenção por parte da Secretaria, além de auxílio e esclarecimentos. No geral, REGULAR.
9. **Secretaria de Obras e Serviços Urbanos:** Janeiro a Dezembro – Foram realizadas algumas verificações por meio de questionários para avaliar a condução dos trabalhos, onde observou que o setor esta cumprindo com boa parte das obrigações, já nas questões pendentes ou não atendidas, foram emitidas recomendações a fim de auxiliar na condução dos trabalhos. No geral, REGULAR.
10. **Contabilidade e Finanças:** Janeiro a Dezembro – Acompanhamento dos trabalhos do setor, arquivamento de documentos, publicações de atos exigidos por Lei, além dos acompanhamentos sobre a Situação Orçamentária e Financeira. No geral, REGULAR.

4.2 – Verificações, Controles e Trabalhos executados no ano de 2013.

- ✓ Fiscalização das pendências municipais com relação a órgãos federais e estaduais, bem como sempre alertando sobre as mesmas;
- ✓ Aperfeiçoamento e fiscalização da execução do controle de frota municipal, bem como observando as informações repassadas ao TCE orientando sobre as formas de controles mais eficientes;
- ✓ Acompanhamento e envio de informações sobre a cobrança de Dividas Ativas por determinação do TCE-PR;
- ✓ Fiscalização das entidades Clube de Mães de Guamiranga e da APAE (Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais), as quais receberam subvenções municipais, como também observando a prestação de contas das mesmas por meio do SIT – Sistema Integrado de Transferências do TCE-PR;



UCI - CONTROLE INTERNO DE GUARIRANGA

- ✓ Acompanhamento e lançamento de informações no SIT-TCE sobre os Convênio Estaduais, verificando e acompanhando as datas para fechamento dos mesmos no sistema;
- ✓ Acompanhamento e realização das Audiências Públicas da LDO, LOA, Metas Fiscais entre outros;
- ✓ Verificação de todos os adiantamentos concedidos para servidores municipais de acordo com a lei municipal nº. 219, de 11 de março de 2005;
- ✓ Acompanhamento e verificação dos lançamentos no Mural de Licitações do TCE-PR;
- ✓ Acompanhamento sobre o recebimento de bens patrimonial, lançamento de informações no programa do patrimônio e etiquetamento dos mesmos;
- ✓ Controle de veículos, cadastro, documentos e verificação de débitos da frota;
- ✓ Acompanhamento sobre controle de Férias e pagamentos do 1/3 para quem gozar das mesmas;
- ✓ Acompanhamento e controle de Publicações e arquivamento do Diário Oficial Eletrônico do Município bem como edição e publicação do mesmo;
- ✓ Controle de Publicações do RREO (Relatório Resumido da Execução Orçamentária), RGF (Relatório de Gestão Fiscal) e demais relatórios da Lei 4.320/64;
- ✓ Controle de Certidões Negativas de Débitos do Município, FUNPREV, Câmara Municipal e entidades as quais recebem subvenção evidenciando controle sobre prazos de validade;
- ✓ Visitas e acompanhamento dos trabalhos nas Secretarias e setores da Administração, prestando informações e orientações sobre temas e assuntos variados;
- ✓ Acompanhamento e verificação em sítios úteis sobre assuntos e notícias referentes ao Município como Tribunal de Contas do Paraná, Ministério da Fazenda, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Ministério da Saúde, Caixa Econômica Federal entre outros;
- ✓ Acompanhamento dos decretos, editais, portarias, publicações entre outros;
- ✓ Elaboração de prestação de contas de convênios federais e estaduais;
- ✓ Participação em cursos para aperfeiçoamento dos trabalhos;
- ✓ Entre outros.

4.3– Fiscalização mensal de dados contábeis e outros:

- ✓ Cálculo do PASEP mensal;
- ✓ Processos Licitatórios – amostragem e acompanhamento de Informações no Mural de Licitações;
- ✓ Nível da dívida fundada interna;
- ✓ Confronto da receita e despesas previstas x realizada;



UCI - CONTROLE INTERNO DE GUAMIRANGA

- ✓ Fiscalização dos recursos aplicados na área de Saúde, observando índices;
- ✓ Fiscalização dos recursos aplicados na Educação e Fundeb, observando os índices;
- ✓ Verificação e fiscalização sobre a utilização dos recursos da Merenda escolar, bem como a efetividade dos gastos do mínimo de 30% com a agricultura familiar;
- ✓ Controle da despesa com pessoal;
- ✓ Acompanhamentos do Portal da Transparência;
- ✓ Alterações orçamentárias e as devidas publicações, observando o máximo de 25% sobre a LOA;
- ✓ Recursos repassados a Câmara Municipal de Guamiranga observando o valor informado no PPA e o fixado na LOA, e observando o percentual máximo de repasses de acordo com o definido na Lei Constitucional;
- ✓ Observação da despesa empenhada, liquidada e paga;
- ✓ Balanços Financeiros, Orçamentário e Patrimonial;
- ✓ Fiscalizações das metas de arrecadação;
- ✓ Despesas empenhadas por elemento;
- ✓ Controles de contratos realizados;
- ✓ Informações bimestrais ao Executivo sobre a situação Orçamentária e Financeira do município, bem como informações administrativas;
- ✓ Orientação sobre a utilização de controles administrativos básicos em cada setor;
- ✓ Informações às Secretarias e setores sobre dúvidas levantadas;
- ✓ Orientação aos responsáveis sobre a fiscalização de veículos da frota municipal observando as condições de uso, manutenção cotidiana, documentação, seguros e equipamentos obrigatórios;
- ✓ Edição e publicação do Diário Oficial Eletrônico do Município;
- ✓ Entre outros.

05 - Síntese das Avaliações

1	Planos e Políticas de Governo	
1.1	Cumprimento das Metas contidas no Plano Plurianual	Analisando os Planos e Políticas de Governo, estabelecidas no Plano Plurianual, para o exercício financeiro, verificamos a meta inicial conforme dados desta planilha um montante de R\$ 17.014.380,00 houve suplementações e cancelamentos restando um montante Autorizado de R\$ 22.695.914,45 e sendo empenhado no presente exercício financeiro o montante de R\$ 18.499.312,19 restando um saldo final de R\$ 4.196.602,26, caracterizando que as Metas contidas no Plano Plurianual, foram executadas REGULARMENTE.
1.2	Eficácia da aplicação das políticas de governo	Verificou-se que no exercício financeiro de 2013, as Metas estabelecidas nos Planos Políticos de Governo contidas no Plano Plurianual, foram executadas com regularidade e que pelos índices de aplicação a EFICÁCIA ficou demonstrada. Apesar da dificuldade de verificação da Eficácia, que deveria ser medida em cada camada social onde os recursos são aplicados, e em todos os setores, pelos índices apresentados, meu parecer é pela REGULARIDADE.
1.3	Estimativas da receita em bases conservadoras	Analisando a projeção da receita nos 4 (quatro) exercícios que compõe o Plano Plurianual, constatou-se que a base utilizada está dentro dos limites de expansão normais do município, sendo que a alíquota das estimativas de um exercício para outro foi em média de 5,00% equivalente á projeção da inflação dos períodos. Por isso meu parecer é pela REGULARIDADE.

2	Adequação da LOA ao PPA e à LDO	
2.1	Diretrizes contidas na LDO	Observou-se que as Diretrizes contidas na LDO, estão adequadas as Metas contidas no PPA, assim o planejamento dos Planos e Políticas de Governo foi legalmente executado. Esta Controladoria não detectou no exercício de 2013 nenhuma irregularidade visível. Por isso sou pela REGULARIDADE da execução das Diretrizes contidas na LDO.
2.2	Ações e programas do PPA previstos para o período	REGULAR: Analisando os resultados, verificou-se que as Ações e Programas previstos para o período no PPA, foram executados, pois o % percentual alcançado foi de 79,08%, caracterizando REGULARIDADE na execução. RREO, Anexo II a) Dotação Inicial: R\$ 17.014.380,00 b) Dotação Atualizada: R\$ 22.695.914,45 c) Despesas Liquidadas: R\$ 17.948.436,35 d) % (c/b): 79,08%
3	Execução Orçamentária	
3.1	Realização da Receita e renúncia fiscal	Pelos resultados apurados verificou-se que a municipalidade, no exercício financeiro de 2013, atingiu o índice de Realização da Receita de 91,71%, o que demonstra REGULARIDADE. Quanto a Realização da Receita Tributária, atingiu o índice de 102%, considerando adequado com a projeção para o exercício, caracterizando REGULARIDADE.

		Comparando o montante arrecadado no valor de R\$ 18.696.814,96 com o montante empenhado no valor de R\$ 18.198.330,83, restado um saldo de R\$ 498.484,13, portanto REGULAR. No exercício financeiro de 2013 na LDO, estava previsto Renúncia Fiscal no valor de R\$ 0,00, e na execução ocorreu Renúncia no montante de R\$ 0,00 estando de acordo com a projeção, portanto REGULAR.
3.2	Medidas para cobrança da Dívida Ativa	REGULAR
3.3	Programação financeira e congelamento de dotações	As despesas para o exercício financeiro previa um montante de R\$ 20.251.914,45 e os valores empenhados somam R\$ 18.198.330,83. Restando na dotação o valor de R\$ 2.773.751,55, portanto a gestão orçamentária foi REGULAR.
3.4	Publicidades do RREO	REGULAR 1º Bim: 28/03/2013, edição do DOEM nº. 123 2º Bim: 29/05/2013, edição do DOEM nº. 148 3º Bim: 30/07/2013, edição do DOEM nº. 177 4º Bim: 30/09/2013, edição do DOEM nº. 208 5º Bim: 29/11/2013, edição do DOEM nº. 236 6º Bim: 29/01/2014, edição do DOEM nº. 268 Disponível em: http://www.publicacoesmunicipais.com.br/eatos/#guamiranga

4	Alterações Orçamentárias	
4.1	Créditos Suplementares	REGULAR Anulação de Dotações R\$ 2.996.996,59 Excesso de Arrecadação R\$ 3.451.497,15 Operações de Crédito R\$ 963.000,00 Superávit Financeiro R\$ 630.077,48
4.2	Créditos Especiais	REGULAR Anulação de Dotações R\$ 213.706,30 Excesso de Arrecadação R\$ 291.200,00 Operações de Crédito R\$ 287.000,00 Superávit Financeiro R\$ 58.759,82
5	Subvenções Sociais Concedidas	
5.1	Propriedade na concessão – Interesse público	REGULAR: APAE, CNPJ nº. 05.487.065/0001-27, valor de R\$ 19.800,00, SIT/TCE nº.14.977 Clube de mães, CNPJ nº. 77.714.939/0001-42, valor de R\$ 10.000,00, SIT/TCE nº.16.895
5.2	Aplicação dos recursos – Prestações de Contas	REGULAR, os 02 (dois) convênios foram executados de acordo com o seu objeto, e as Prestações de Contas registradas dentro dos prazos estabelecidos na Resolução nº. 28/2011 do TCE.

6	Convênios e Auxílios recebidos						
6.1	Aplicação dos recursos – Prestações de Contas		REGULAR;				
<u>CONVÊNIOS REGISTRADOS NO SIT-TCE</u>							
SIT/TCE	Tipo Instrumento	Concedente	Objeto	Celebração	Fim da Vigência	Valor Total	Última PC (Bimestre) Registrada
15597	064/2013	Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - SEDS	Transferência de recursos para o co-financiamento das ações de implementação dos serviços tipificados como de proteção social especial de media complexidade, especificamente de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos PAEFI	24/05/2013	03/12/2014	R\$ 34.106,50	01/2014 Em Execução
16753	96 119137719/2013	Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB	Execução do Programa de Apoio ao Manejo e Fertilidade do Solo, que tem como objeto a promoção da produção e da produtividade agrícola das propriedades de agricultores familiares do município, mediante a aquisição e incorporação de corretivos agrícolas.	09/07/2013	23/01/2015	R\$ 90.000,00	01/2014 Em Execução

18169	656 119147808/2013	Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB	Implementação do Projeto de pavimentação poliédrica de estradas rurais com pedras irregulares, com ênfase à trafegabilidade com consequente preservação de recursos naturais.	30/09/2013	15/12/2014	R\$ 1.080.000,00	01/2014 Em Execução
18333	321/2013	Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - SEDS	Transferência de recursos para o financiamento na implementação de ações para o Programa Crescer em Família modalidade Acolhimento Institucional	29/10/2013	30/10/2015	R\$ 49.992,25	01/2014 Em Execução
18496	378 118676017/2013	Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB	Execução do Programa de Recuperação da Trafegabilidade de Estradas Rurais – proporcionar a recuperação da trafegabilidade das estradas rurais municipais.	13/09/2013	18/03/2015	35.000,00	01/2014 Em Execução
18736	162/2013	SECRETARIA DE ESTADO DO Desenvolvimento Urbano - SEDU	Revitalização de Parque	22/10/2013	25/10/2014	343.135,30	01/2014 Em Execução

OUTROS CONVÊNIOS E AUXÍLIOS RECEBIDOS

Órgão Repassador	Objeto	Fim da Vigência	Valor Total
Ministério da Educação	Transferência de recursos financeiros para aquisição de oito veículos (ônibus) para uso no transporte escolar, valendo-se de procedimento "carona" da Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico nº 50/2012/FNDE/MEC.	31/12/2013	R\$ 1.856.000,00
Ministério da Educação	Merenda escolar	31/12/2013	R\$ 83.520,00
Ministério da Educação	Manutenção do Programa de Jovens e Adultos	31/12/2013	R\$ 33.547,00
Fundo Nacional de Saúde	Recurso destinado a saúde municipal para atendimento a serviços de exames laboratoriais.	31/12/2013	R\$ 15.000,00
Ministério da Educação	Transporte Escolar Federal	31/12/2013	R\$ 165.000,00
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Readequação de Estradas Vicinais	30/10/2013	R\$ 102.000,00
Ministério da Saúde	Ampliação do Posto de Saúde de Barreiro	01/05/2013	R\$ 50.585,00
Ministério da Saúde	Ampliação Posto de Saúde de Guamirim	23/01/2014	R\$ 76.268,32
Ministério da Saúde	Ampliação Posto de Saúde de Manduri	23/01/2014	R\$ 57.936,90
Ministério da Saúde	Ampliação da Unidade de Atenção Primária Saúde da Família	09/02/2014	R\$ 99.868,62
Ministério da Saúde	Ampliação Unidade de Saúde de Boa Vista	18/04/2014	R\$ 247.135,18
Ministério da Saúde	Posto de Saúde do Tigre	15/04/2014	R\$ 227.432,63
Ministério do Esporte	Construção Cancha de Bocha e Bolão	14/02/2014	R\$ 198.502,66

7	Obras e Serviços de Engenharia em andamento				
7.1	Procedimento licitatório e contrato	REGULAR			
7.2	Entrega do objeto do contrato	REGULAR			
Descrição da Obra		Modalidade Licitação	Nº. Contrato	Aditivo	Previsão de Entrega
Regularização Fundiária		Pregão nº. 54/2011	110, 111 e 112/2011	01	30/06/2013
Ampliação Posto de Saúde de Água Branca		Convite Nº 09/2012	157/2012	03	27/02/2014
Ampliação Posto de Saúde de Guamirim		Convite nº. 10/2012	158/2012	04	23/01/2014
Ampliação Posto de Saúde de Manduri		Convite nº. 10/2012	158/2012	04	23/01/2014
Ampliação Clínica da Mulher e da Criança		Convite nº. 11/2012	163/2012	03	31/12/2013
Ampliação do Posto de Saúde de Barreiro		Convite Nº 12/2012	162/2012	03	27/02/2014
Ampliação Unidade de Saúde de Boa Vista		Tomada de Preço nº 01/2013	46/2013	02	18/04/2014
Posto de Saúde do Tigre		Tomada de Preço nº 03/2013	199/2013	00	15/04/2014
Construção Cancha de Bocha e Bolão		Tomada de Preço nº 03/2013	145/2013	01	14/02/2014
Ampliação da Unidade de Atenção Primária Saúde da Família		Tomada de Preço nº 05/2013	186/2013	00	09/02/2014
Construção de banheiros Escola Municipal de Boa vista		Convite nº 12/2013	218/2013	00	06/04/2014

8	Obras e Serviços de Engenharia concluídos no exercício					
8.1	Procedimento licitatório e contrato	REGULAR				
8.2	Entrega do objeto do contrato	REGULAR				
Descrição da Obras		Modalidade Licitação	Nº. Contrato	Aditivo	Data Entrega	Valor Total
Barracão Parque Industrial		Convite nº. 02/2013	124/2013	01	10/07/2013	R\$ 55.490,00
Construção de Muro de Arrimo - Rua Getúlio Vargas		Dispensa nº. 47/2013	45/2013	00	22/06/2013	R\$ 14.998,55
Recapeamento Asfáltico na Av. 16 de Novembro		Tomada de Preço nº. 01/2008	86/2008	04	22/03/2013	R\$ 285.950,00
Recapeamento Asfáltico		Tomada de Preço 02/2008	109/2008	04	03/08/2013	R\$ 222.028,86
Recapeamento Asfáltico		Tomada de Preço 03/2008	110/2008	06	22/03/2013	R\$ 340.748,85
Ginásio Poliesportivo de Boa Vista		Convite nº. 01/2009	32/2009	04	01/03/2013	R\$ 250.000,00
Pavimentação Asfáltica na Avenida Augusto Gomes		Convite nº. 09/2009	40/2009	04	02/03/2013	R\$ 75.569,11
Construção da Academia Municipal de Saúde		Tomada de Preço 01/2012	100/2010	01	14/03/2013	R\$ 137.996,79
Readequação de Estradas Vicinais		Convite nº 06/2013	155/2013	00	28/11/2013	R\$ 97.870,26
Iluminação do Trevo Municipal		Convite nº 10/2013	00	00	21/11/2013	R\$ 32.486,80

9	Compras e Serviços	
9.1	Procedimentos Licitatórios	REGULAR, foram registrados os seguintes processos no Mural de Licitações: Convite: 15 processos Tomada de Preços: 07 processos Leilão: 01 processo Pregão: 65 processos Inexigibilidade: 30 processos
9.2	Dispensas de Licitação	REGULAR foram registradas 124 processos em 2013, onde todos foram informados no Mural de Licitações e de acordo com a Lei nº. 8666/93
9.3	Contratos e Aditivos	REGULAR, todos foram executados de acordo com a Lei.
9.4	Entrega do Objeto do Contrato	REGULAR, todos os objetos e serviços contratados foram entregues dentro dos prazos estabelecidos.
10	Conselho de Controle Social do FUNDEB	
10.1	Composição (Número de membros e representação)	REGULAR, o referido Conselho possui 22 (vinte e dois) membros nomeados por meio do Decreto nº. 81/2013, para o período de 22/03/2013 a 22/03/2015, publicado no DOEM edição nº. 120 em 22 de março de 2013.

10.2	Funcionamento – regularidade das reuniões	REGULAR ATA nº. 12 – 26/03/2013: Posse dos novos membros do Conselho para o período de 2013-2015 e Parecer sobre as Contas de 2012, as receitas e Despesas da educação e do Fundeb, onde o Conselho deliberou pela aprovação. ATA nº. 13 – 05/04/2013: Explanação da Lei de criação do Fundeb, escolha do Presidente e vice-Presidente e assuntos diversos. ATA nº. 14 – 07/08/2013: Análise e parecer sobre a Prestação de contas no site do SIGPC do FNDE referente ao PNATE (Transporte Escolar) de 2011 e 2012, onde o Conselho deliberou pela regularidade das prestações de contas. ATA nº 15 – 25/03/2014: Substituição de membros do Conselho e parecer sobre as contas de 2013, receitas e despesas da educação e do Fundeb, onde o Conselho deliberou pela aprovação.
10.3	Qualidade das Informações prestadas pela Administração	REGULAR, todas as informações necessárias para as análises e verificações foram disponibilizadas de forma clara e objetiva, onde, para cada reunião, é disponibilizado um representante do Executivo para prestar esclarecimentos e tirar dúvidas a respeito dos demonstrativos contábeis – RREO Anexo X, entre outros relatórios para melhor entendimento do Conselho do Fundeb.
10.4	Parecer do Conselho sobre as contas de 2013	REGULAR, o Conselho se reuniu na data de 26/03/2014, analisou, tirou duvidas sobre a efetivação das despesas e os sobre índices apurados, ao final deu parecer pela Regularidade da Prestação de Contas do Exercício.

11	Conselho de saúde	
11.1	Composição (Número de membros e representação)	REGULAR, o referido Conselho possui 24 (vinte e quatro) membros nomeados por meio do Decreto nº. 135/2013, atualização de membros, para o biênio de 2011 e 2013, publicado no DOEM edição nº. 145 em 22 de maio de 2013. Atualização de membros, Decreto nº. 243/2013, para o biênio 2013 a 2015, publicado no DOEM edição nº. 241 em 12 de dezembro de 2013.
11.2	Funcionamento – regularidade das reuniões	REGULAR ATA nº. 110 – 27/02/2013: Apresentação dos relatórios contábeis da Saúde referente ao quarto trimestre de 2012 e apresentação das atividades desenvolvidas em 2012. ATA nº. 111 – 28/03/2013: Apresentação dos resultados do SISPACTO, PAUS e VIASUS de 2012 e planejamento para 2013. ATA nº. 112 – 30/04/2013: Apresentação do programa anual de saúde, atividades do setor, informações sobre o QualiFar entre outros. ATA nº 113 – 29/05/2013: Audiência Pública referente ao 1º trimestre de 2013, explanação das receitas e despesas em saúde e assuntos diversos. ATA nº. 114 – 27/06/2013: Apresentação e aprovação do Regimento Interno da IX Conferência Municipal de Saúde e assuntos diversos. ATA nº 115 – 19/07/2013: Realização da IX Conferência Municipal de Saúde “Ouvidoria – uma ferramenta de gestão: Direitos e deveres do SUS”, apresentação dos procedimentos realizados até o presente momento e foram discutidos assuntos diversos.

		ATA nº. 116 – 22/08/2013: Apresentação e aprovação do Plano Municipal de Saúde 2014-2017. ATA nº. 117 – 12/09/2013: Apresentação dos projetos na área de saúde, demonstração de atividades diversas do setor, Explanação dos dados financeiros referente ao segundo quadrimestre de 2013. ATA nº. 118 – 28/11/2013: Apresentação e aprovação do VigiaSus e Apresentação e aprovação do regimento interno do Conselho. ATA nº. 119 – 23/01/2014: Audiência Pública referente ao Terceiro Quadrimestre de 2013, apresentando os resultados alcançados e explanação dos dados contábeis referente ao período. ATA nº. 120 – 20/03/2014: Apresentação de assuntos diversos, Apresentação do relatório Anual de Gestão, do Programa Anual de Saúde entre outros.
11.3	Qualidade das Informações prestadas pela Administração	REGULAR, todas as informações necessárias para as análises e verificações foram disponibilizadas de forma clara e objetiva, onde, para cada reunião, é disponibilizado um representante do Executivo para prestar esclarecimentos e tirar dúvidas a respeito dos demonstrativos contábeis – RREO Anexo XVI, entre outros relatórios para melhor entendimento do Conselho da Saúde.
11.4	Parecer do Conselho sobre as contas de 2013	REGULAR, o Conselho se reuniu e emitiu o parecer através da Resolução n. 02 de 20/03/2014 ressaltando pela Regularidade da Prestação de Contas do Exercício.

12	Gastos com Pessoal do Poder Executivo	
12.1	Apropriação contábil da Despesa	REGULAR, despesas apropriadas regularmente RCL: R\$ 16.033.566,40 Desp. Pessoal: R\$ 8.040.866,83
12.2	Limite de Gastos	REGULAR: Índice apurado ao final do exercício: 49,93%
12.3	Publicidade do RGF	REGULAR 1º Sem: 30/07/2013, edição do DOEM nº. 177 2º Sem: 29/01/2014, edição do DOEM nº. 268 Disponível em: http://www.publicacoesmunicipais.com.br/eatos/#guamiranga
13	Divida Consolidada	
13.1	Apropriação contábil da Dívida	REGULAR, o município tem apropriado de forma correta Saldo Inicial R\$ 842.712,91 Inscrição R\$ 60.050,65 Baixa -R\$ 476.151,40 Est Inscrição R\$ 0,00 Est Baixa R\$ 0,00 Saldo Atual R\$ 426.612,16

13.2	Limite da Dívida Consolidada	REGULAR. RCL: R\$ 16.033.566,40 DCL: R\$ 426.612,16 Índice apurado: 2,66%
13.3	Publicidade do RGF	REGULAR 1º Sem: 30/07/2013, edição do DOEM nº. 177 2º Sem: 29/01/2014, edição do DOEM nº. 268 Disponível em: http://www.publicacoesmunicipais.com.br/eatos/#guamiranga
14	Limites Constitucionais	
14.1	Efetividade das Despesas com o Ensino Fundamental	REGULAR Magistério: 65,30% MDE: 26,78%
14.2	Efetividade das Despesas com a Saúde	REGULAR Saúde: 24,86%
15	Sistema de Informações Municipais do Tribunal de Contas	
15.1	Fidelidade dos dados enviados ao Tribunal em relação aos registros da:	
15.1.1	- Contabilidade (Orçamentária, Financeira e Patrimonial)	REGULAR
15.1.2	- Diário da Contabilidade	

		REGULAR
15.1.3	- Arrecadação e o Diário de Arrecadação	REGULAR
15.1.4	- Tesouraria e o Diário de Tesouraria	REGULAR
15.1.5	- Licitações e Contratos	REGULAR
15.1.6	- Obras públicas	REGULAR
15.1.7	- Convênios e Auxílios Recebidos	REGULAR
15.1.8	- Subvenções e Auxílios Concedidos	REGULAR
15.1.9	- Lei de Responsabilidade Fiscal	REGULAR
15.1.10	- Informações Anuais	REGULAR
15.1.11	- Bens Patrimoniais em relação ao inventário	REGULAR

6. Considerações relevantes e medidas recomendadas

No exercício de 2013, foram realizadas verificações, Auditorias operacionais e inspeções a fim de analisar, avaliar e orientar os responsáveis na questão da execução dos trabalhos.

Foram verificadas algumas situações por amostragem a qual possibilitou identificar os pontos fortes e as deficiências que merecem maior atenção e empenho por parte da Entidade, e também proporcionou uma melhor avaliação e planejamento para o exercício de 2014.

No geral, todas as solicitações e verificações foram bem aceitas pela Entidade, a qual deu total apoio na condução dos trabalhos da Unidade de Controle Interno no exercício de 2013, onde possibilitou um planejamento objetivo para a condução dos trabalhos em 2014.

Guamiranga, 31 de março de 2014.



André Luís Gonçalves dos Santos
Coordenador da Unidade de Controle Interno



UCI - CONTROLE INTERNO DE GUAMIRANGA

PARECER DO DIRIGENTE DO CONTROLE INTERNO

Tendo em vista o trabalho de acompanhamento e fiscalização aplicado e conduzido por este Órgão de Controle Interno, sobre os atos de gestão do exercício financeiro de 2013, do MUNICÍPIO DE GUAMIRANGA, em atendimento às determinações legais e regulamentares, e subsidiado no resultado consubstanciado no Relatório de Controle Interno que acompanha este Parecer, concluo pela **REGULARIDADE COM RESSALVA** da referida gestão, encontrando-se o processo em condição de ser submetido ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, levando-se o teor do referido Relatório e deste documento ao conhecimento do Responsável pela Administração, para entender as medidas que entender devidas.

A conclusão antes referida decorre da constatação de ocorrência nas contas da gestão em questão, da seguinte inconformidade:

Conforme constatado, a Entidade realizou o fechamento e enviou apenas até o mês de junho do exercício de 2013 do SIM-Am, por esta razão, sou pela Regularidade com Ressalvas.

A opinião supra não elide nem respalda irregularidades não detectadas nos trabalhos desenvolvidos, nem isenta dos encaminhamentos administrativos e legais que o caso ensejar.

GUAMIRANGA, 31 de março de 2014.

André Luís Gonçalves dos Santos
Coordenador da Unidade de Controle Interno

SIM-AM - Recibo de Fechamento Mensal

Protocolo **2014254557**

Ano **2013**

Mês **Junho**

Fechado em **26/03/2014**

Atenção

Os testes de consistência realizados nos dados do Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal (SIM-AM), para fins de recepção dos arquivos transmitidos, representam verificação automatizada do conteúdo mínimo previsto na instrução normativa do SIM-AM para o respectivo exercício.

Os cruzamentos de informações restringem-se aos dados individuais da Entidade, cuja fidedignidade e fidelidade são de estrita responsabilidade dos responsáveis pelos setores administrativos envolvidos na alimentação do sistema e subsidiariamente dos respectivos Mandatários.

O fechamento implica em Declaração de Exatidão e conformidade com os controles internos da Entidade.

O fechamento mensal dos dados por parte do Tribunal de Contas não expressa o reconhecimento de sua exatidão, tampouco constitui pré-julgamento dos atos administrativos representados pelas informações.